

Comunicado de 16 de janeiro de 2021 (com esclarecimento de 26/2)

Esclarecimento a propósito do artigo do Pe. Gonçalo Portocarrero de Almada publicado no Observador a 16-01-2021. No final junta-se uma nota suplementar datada de 26 de fevereiro.

16/01/2021

Ao longo dos anos, o Pe. Gonçalo Portocarrero de Almada, nos seus

artigos de opinião, tem procurado transmitir conteúdos que ajudem os leitores a ter uma perspetiva da realidade iluminada pela fé.

Na sua coluna semanal no Observador, do dia 16-01-2021, publicou o artigo "O voto dos católicos na eleição presidencial" em que, ao lado da reafirmação de princípios gerais para o voto dos católicos, analisa em concreto o pensamento dos vários candidatos, tendo em conta as declarações dos próprios em relação à eutanásia e excluindo alguns deles das opções possíveis para esse voto.

Na parte em que classificou em concreto as posições dos diversos candidatos presidenciais e a consequente orientação de voto dos católicos, o artigo levantou em algumas pessoas a dúvida se essa era a posição do Opus Dei, uma vez que o

autor é sacerdote desta instituição católica.

O Opus Dei, enquanto tal, não toma nenhuma posição em questões políticas: reconhece a liberdade de todos os seus fiéis adotarem todas as opções políticas que são lícitas a qualquer católico, mas sem as fazer suas. Fomenta neles e em quem participe das suas atividades o desejo de assumir com liberdade e responsabilidade pessoais uma atitude ativa perante os assuntos da esfera política, contribuindo para o bem comum de acordo com a sua consciência de cidadãos, como corresponde a qualquer católico empenhado. Esse é o fundamento que faz com que de facto haja muita diversidade nas posições que cada um assume, algumas mesmo contrapostas (cf. Estatutos do Opus Dei, n. 88 § 3).

Assim, como é património comum dos católicos, o seu compromisso social e político nas sociedades democráticas deve inspirar-se nos princípios próprios da consciência cristã.

Tais princípios, que se inspiram no Evangelho, vão sendo explicitados ao longo do tempo nos vários documentos da autoridade da Igreja, tanto os de âmbito universal como os de âmbito nacional.

O Papa Francisco, na sua encíclica “Fratelli Tutti”, abre um novo olhar sobre “A Política Melhor” (capítulo V) que ajuda a preferir a política colocada ao serviço do verdadeiro bem comum.

A Conferência Episcopal Portuguesa publicou em maio de 2019 um importante documento com “Um olhar sobre Portugal e a Europa à luz da doutrina Social da Igreja”, publicado precisamente “numa

altura em que somos chamados a participar através do voto em eleições europeias e nacionais, visando a construção de uma sociedade mais justa e fraterna”.

O documento contribui com reflexões e sugestões organizadas segundo princípios que se encontram na base da Doutrina Social da Igreja: dignidade da pessoa; bem comum; solidariedade; subsidiariedade, em quatro grandes grupos:

1. “Toda a vida humana tem igual valor”, analisando o direito à vida em várias dimensões: na gestação, no crescimento, nos jovens comprometidos, nas relações familiares, nos idosos, na morte.

2. “O bem de todos e de cada um sem ser ditadura da maioria”, revendo as questões da corrupção, dos migrantes, da unidade da Europa.

3. “Cuidar da casa comum”,
relembrando que o destino universal
dos bens prevalece sobre o direito à
propriedade, apelando a uma melhor
distribuição de rendimentos para
uma sociedade mais coesa e à
solidariedade com as gerações
futuras.

4. “Nem Estado centralizador, nem
Estado mínimo”, para garantia da
liberdade de educação e de saúde,
com a colaboração das Instituições
Particulares de Solidariedade Social.

Os cristãos em Portugal encontram aí
orientações claras dos seus Bispos.
Os Bispos prescindem, nesse
documento, e habitualmente, de
projetar essas orientações claras em
recomendações ou simples
avaliações concretas, favoráveis ou
desfavoráveis, sobre partidos ou
candidaturas, e deixam aos fiéis a
liberdade e a responsabilidade de

espelhar essas orientações gerais no momento do seu voto.

Qualquer padre, dada a sua condição sacerdotal, é chamado a abster-se de dar orientações de voto, ainda que possa chamar a atenção para declarações públicas sobre um tema com transcendência moral.

Fica assim claro que as opiniões do Pe. Gonçalo Portocarrero de Almada, como várias vezes ele tem referido, não vinculam de modo nenhum o Opus Dei nem ninguém que beneficie dos seus serviços pastorais.

Lisboa, 16/01/2021

Pedro Gil, diretor do Gabinete de Imprensa do Opus Dei

press.pt@opusdei.org

.....

Nota suplementar ao comunicado de 16 de janeiro de 2021

O tempo decorrido após a sua publicação torna clara a necessidade de tornar explícitas duas circunstâncias que no comunicado estão somente subentendidas, e de fazer um pedido de desculpas.

A primeira circunstância é a do contexto temporal: a uma semana de um ato eleitoral era urgente responder a dúvidas e perplexidades surgidas do artigo comentado, e não pretendidas pelo autor.

Segunda circunstância e mais importante: ao fazer esse esclarecimento, não se pretendia um efeito que também resultou do comunicado, o de ter sido visto como um juízo desfavorável sobre o autor do artigo referido, e, por isso, ter-se assim exposto e ofendido o Pe. Gonçalo Portocarrero de Almada e

magoado não poucas pessoas que o leem com agrado e proveito.

Agora é mais claro que o caminho foi infeliz e devia ter sido evitado. Por isso, apresento um pedido de desculpas ao Pe. Gonçalo Portocarrero de Almada e às pessoas que o comunicado magoou.

Lisboa, 26/02/2021

Pedro Gil, diretor do Gabinete de Imprensa do Opus Dei

press.pt@opusdei.org

pdf | Documento gerado automaticamente a partir de <https://opusdei.org/pt-pt/article/comunicado-16-de-janeiro-de-2021/>
(15/02/2026)